

# COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

## PROJETO DE LEI Nº 11.159, DE 2018

Dispõe sobre a criação do Cartão Odontológico Preventivo - COP.

**Autor:** Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM

**Relator:** Deputado ROBÉRIO MONTEIRO

### I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei visa a criar o “Cartão Odontológico Preventivo”, a ser elaborado e impresso pelo Ministério da Saúde e distribuído em postos de saúde, hospitais infantis e instituições de ensino fundamental da rede pública. Segundo dispõe, o cartão conterá espaços para: identificação; odontograma da dentição decídua e permanente; registro de consultas, aplicação de flúor e de selante nos primeiros molares permanentes; participação de pais e alunos em aulas ou palestras sobre higienização bucal; assinatura do Agente de Saúde da equipe de saúde bucal do Programa Saúde da Família ou da rede de saúde pública odontológica.

Segundo o autor, o objetivo do Cartão Odontológico Preventivo é propiciar ao poder público e às famílias a possibilidade de verificar os exames clínicos dentários e as ações preventivas realizados nas crianças de seis a doze anos, bem como favorecer a compilação de dados estatísticos.



A proposição tramita em regime ordinário e sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões de Educação; de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

A Comissão de Educação, que nos antecedeu, aprovou parecer pela aprovação do projeto, com uma única emenda que suprime o seu art. 3º, o qual determina que os sistemas de ensino “colaborarão com o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios”. Segundo o voto, a supressão se deve ao fato de o dispositivo se chocar com o respeito à autonomia federativa, além de interferir na autonomia das escolas para a definição de matéria curricular.

Nesta Comissão não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

## II - VOTO DO RELATOR

O Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, instituiu o Programa Saúde na Escola – PSE, responsabilidade conjunto dos Ministérios da Educação e da Saúde, que atualmente está presente em 97.389 escolas e conta com a adesão de mais de 97% de todos os municípios brasileiros.

Entendemos que o Cartão Odontológico Preventivo, objeto do projeto de lei em comento, vem plenamente ao encontro dos objetivos do PSE, cujas ações incluem (art. 4º, V) a avaliação da saúde e higiene bucal. Uma vez implantado, o cartão se constituirá em um instrumento eficaz de controle e acompanhamento das ações de saúde bucal realizadas; destarte, é nossa avaliação que deve ser aprovado. Entretanto, temos a mesma preocupação que norteou o parecer aprovado pela Comissão de Educação: a imposição de obrigação, por lei federal, aos demais entes da Federação encontra óbices tanto na Constituição Federal quanto na Lei nº 8.080, de 1990, que criou o Sistema Único de Saúde, e no próprio Decreto nº 6.286, de 2007.

Analisando com cuidado o texto, concluímos que a supressão do art. 3º em nada prejudicaria o teor do projeto nem os seus efeitos, nem



mesmo no que toca à cooperação entre os entes federativos, regradada pela Constituição Federal e mediada pela adesão voluntária a programas de interesse comum.

Assim sendo, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 11.159, de 2018, nos termos do parecer aprovado pela Comissão de Educação.

Sala da Comissão, em        de        de 2022.

Deputado ROBÉRIO MONTEIRO  
Relator

2022-6016

